

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FABIANA MARTINS DO NASCIMENTO ALVES SILVA

**DISCUSSÃO TEÓRICA - ORALIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
REFLEXÕES TEÓRICAS**

Polo Jaguarão

2026

FABIANA MARTINS DO NASCIMENTO ALVES SILVA

**DISCUSSÃO TEÓRICA - ORALIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
REFLEXÕES TEÓRICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras Português - EaD, da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Licenciado em
Letras - Português EaD.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Beatriz
Pedone de Souza.

Polo Jaguarão

2026

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

S586d

Silva, Fabiana Martins do Nascimento Alves

Discussão Teórica - Oralidade no Ensino de Língua

Portuguesa: Reflexões Teóricas / Fabiana Martins do Nascimento

Alves Silva.

26 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) -- Universidade Federal do

Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA

PORTUGUESA, 2026.

"Orientação: Miriam Beatriz Pedone de Souza".

1. Oralidade. 2. Ensino de Língua . 3. Competência Comunicativa. I. Título.

**FABIANA MARTINS DO NASCIMENTO
ALVES SILVA**

DISCUSSÃO TEÓRICA - ORALIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES TEÓRICAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras -
Português da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de
Licenciada em Letras - Português.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de julho de 2026.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Miriam Beatriz Pedone de Souza
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Aline Behling Duarte
Membro da banca
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Cristiane Silveira dos santos
Membro da banca



Assinado eletronicamente por **MIRIAM BEATRIZ PEDONE DE SOUZA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 31/07/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALINE BEHLING DUARTE, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/07/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CRISTIANE SILVEIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 01/08/2026, às 08:08, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2085542** e o código CRC **22F273D3**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por seu infinito amor, por me conceder graça e sabedoria para os dias difíceis.

À minha família, pelo amor, apoio incondicional, incentivo e compreensão durante toda esta jornada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Miriam Beatriz Pedone de Souza, pela dedicação, paciência, ensinamentos.

Aos professores que, ao longo do curso, compartilharam seus conhecimentos e contribuíram significativamente para minha formação acadêmica e profissional.

À instituição de ensino, Unipampa, por proporcionar um ambiente de aprendizagem, crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

RESUMO

SILVA, Fabiana Martins do Nascimento Alves. **Discussão Teórica – Oralidade no Ensino de Língua Portuguesa:** reflexões teóricas. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2026.

A oralidade constitui um dos pilares fundamentais no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, uma vez que se configura como uma das formas mais imediatas de interação entre os sujeitos e de participação nas práticas sociais de linguagem. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa, destacando sua contribuição para o desenvolvimento da competência comunicativa, da criticidade, da escuta, da argumentação e da interação social dos estudantes. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em autores que discutem o ensino da oralidade, os gêneros orais, as práticas sociais de linguagem e as relações entre fala e escrita, bem como em documentos oficiais da educação, especialmente a Base Nacional Comum Curricular. A análise teórico-reflexiva evidencia que a valorização de práticas orais no contexto escolar favorece a participação dos alunos, amplia suas possibilidades de expressão, fortalece sua formação integral e contribui para o reconhecimento da diversidade linguística presente na sala de aula. Conclui-se que a oralidade deve ocupar lugar

central no ensino de Língua Portuguesa, sendo trabalhada de forma planejada, sistemática e significativa, articulada às demais práticas de linguagem no cotidiano escolar.

Palavras-chave: oralidade; ensino de Língua Portuguesa; competência comunicativa.

Abstract

SILVA, Fabiana Martins do Nascimento Alves. **Discussão Teórica – Oralidade no Ensino de Língua Portuguesa**: reflexões teóricas. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2026.

Orality constitutes one of the fundamental pillars in the teaching and learning process of the Portuguese Language, since it is configured as one of the most immediate forms of interaction among individuals. This study aims to analyze the importance of orality in Portuguese Language classes, highlighting its contribution to the development of communicative competence, critical thinking, and students' social interaction. The research adopts a qualitative approach, with a bibliographic nature, based on authors who discuss the teaching of orality and on official educational documents, especially the National Common Curricular Base. The analysis shows that valuing oral practices in the school context encourages student participation, broadens their possibilities of expression, and strengthens their integral education. It is concluded that orality should occupy a central place in the teaching of the Portuguese Language, being approached in a planned and meaningful way in everyday school life.

Keywords: orality; Portuguese Language teaching; communicative competence.

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo da sistematização da escrita, a fala já desempenhava papel essencial na transmissão de saberes, valores e práticas culturais, constituindo-se como parte importante do patrimônio histórico e social da humanidade. Por meio da linguagem oral, diferentes grupos sociais preservaram conhecimentos, narrativas, costumes e formas de organização da vida coletiva, o que evidencia a centralidade da oralidade na constituição das relações humanas. Nesse sentido, a linguagem oral pode

ser compreendida como uma das primeiras formas de inserção do sujeito no mundo social, pois é por meio dela que se estabelecem vínculos, constroem-se sentidos e organizam-se formas de convivência. Para Bakhtin/Volochínov (2006), a palavra constitui uma ponte entre os sujeitos, pois se realiza sempre na relação com o outro. Desse modo, a oralidade não pode ser entendida apenas como emissão de sons ou como fala espontânea, mas como prática social, histórica e dialógica. No contexto escolar, o ensino da oralidade deve ser compreendido não apenas como a prática de falar, mas como a construção de competências comunicativas que permitem ao educando expressar-se com clareza, coerência e adequação nas diferentes situações de interação.

Nesse sentido, a oralidade constitui um dos pilares fundamentais no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, uma vez que se configura como a forma mais imediata e primária de interação entre os sujeitos. Sua valorização implica reconhecer a diversidade linguística, respeitar os gêneros orais e considerar as diferentes condições de produção do discurso. Marcuschi (2001) contribui para essa discussão ao afirmar que fala e escrita não devem ser vistas como modalidades opostas, mas como práticas que se relacionam em um contínuo de usos sociais da língua. Assim, a oralidade precisa ser compreendida como parte constitutiva das práticas de linguagem, uma vez que participa da formação linguística, social e cultural dos estudantes. Desse modo, trabalhar a oralidade em sala de aula significa oportunizar aos estudantes experiências de fala, escuta, argumentação, exposição de ideias e participação em práticas sociais mediadas pela linguagem.

A Base Nacional Comum Curricular também reconhece a importância da oralidade no ensino de Língua Portuguesa ao apresentar esse eixo como parte fundamental das práticas de linguagem. Conforme o documento, “o Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face” (BRASIL, 2018, p. 78). Essa orientação evidencia que a escola deve possibilitar aos estudantes o contato com diferentes situações comunicativas, como debates, seminários, entrevistas, apresentações, rodas de conversa, contação de histórias e outras práticas em que a fala e a escuta sejam trabalhadas de modo planejado e significativo.

Apesar de sua relevância, a oralidade nem sempre ocupa posição de destaque nas aulas de Língua Portuguesa, que historicamente tendem a privilegiar a leitura e a escrita como eixos centrais do ensino. Essa realidade contribui para que as práticas orais sejam, muitas vezes, desenvolvidas de forma assistemática, sem planejamento pedagógico consistente e sem o devido reconhecimento de sua importância na formação integral do aluno. Entretanto, a oralidade é fundamental não apenas para o desenvolvimento linguístico, mas também para a ampliação da autonomia, da criticidade, da interação social e da participação cidadã dos estudantes. De acordo com Dolz e Schneuwly (2004), os gêneros orais e escritos precisam ser ensinados de forma sistemática na escola, considerando suas condições de produção, circulação e recepção. Nessa perspectiva, atividades orais não devem ser tratadas apenas como momentos de fala livre, mas como práticas pedagógicas que exigem planejamento, mediação docente e objetivos de aprendizagem bem definidos.

A justificativa deste estudo está relacionada à necessidade de ampliar a reflexão sobre o lugar ocupado pela oralidade nas aulas de Língua Portuguesa, especialmente porque, em muitas práticas escolares, a fala ainda aparece de maneira secundária em relação à leitura e à escrita. Embora a escrita tenha papel fundamental na escolarização, é necessário reconhecer que a formação linguística dos estudantes também depende do desenvolvimento da escuta, da argumentação, da exposição oral, da adequação da linguagem aos interlocutores e da participação em situações reais de comunicação.

Além disso, a valorização da oralidade em sala de aula contribui para o reconhecimento da diversidade linguística dos estudantes, uma vez que diferentes modos de falar revelam trajetórias sociais, culturais e regionais. Nessa direção, Kleiman (2008) destaca que as práticas de linguagem precisam ser compreendidas em seus usos sociais, considerando os contextos nos quais os sujeitos leem, escrevem, falam e interagem. Assim, trabalhar a oralidade no ensino de Língua Portuguesa significa também combater uma visão limitada de língua, centrada apenas na correção gramatical, e favorecer uma compreensão mais ampla, crítica e inclusiva dos usos linguísticos.

Nessa perspectiva, torna-se necessário refletir sobre o papel da oralidade no ambiente escolar e sobre as possibilidades de sua efetiva integração às práticas pedagógicas de Língua Portuguesa. Ao considerar a escola como espaço de formação humana e social, compreende-se que o ensino da oralidade deve promover o uso consciente da linguagem em diferentes contextos comunicativos, preparando o aluno para atuar de maneira crítica e participativa na sociedade. Assim, este trabalho busca discutir a importância da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento das competências comunicativas e para a formação de sujeitos mais preparados para interagir nos diversos espaços sociais.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a relevância da oralidade no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, enfatizando suas contribuições para o desenvolvimento da competência comunicativa, da criticidade e da interação social dos estudantes. De modo específico, busca-se investigar de que forma a oralidade é contemplada nos documentos orientadores da educação, em especial na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); identificar práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa; compreender as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos docentes na implementação de atividades voltadas à oralidade; refletir sobre o papel da oralidade na formação integral do estudante e na construção de sua cidadania e propor estratégias e atividades que possam contribuir para a valorização e ampliação da oralidade no ensino de Língua Portuguesa.

2 CONCEITOS DA ORALIDADE

No ensino da Língua Portuguesa, ao longo da história, tem-se priorizado a leitura e a escrita como principais formas de expressão e avaliação da aprendizagem, relegando a oralidade a um papel secundário. No entanto, falar e escutar são práticas comunicativas fundamentais para o desenvolvimento integral do estudante, pois permitem a construção de sentidos, a argumentação, a socialização e o exercício da cidadania. A oralidade, nesse sentido, deve ser compreendida como uma prática social de linguagem, construída nas interações entre os sujeitos e marcada pelas condições históricas, culturais e sociais em que ocorre. Marcuschi (2001, p. 25) afirma que “a fala

é uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos”. Essa compreensão contribui para superar a ideia de que a oralidade seria apenas uma manifestação espontânea da língua, sem organização ou relevância pedagógica.

Nessa perspectiva, a fala não pode ser considerada uma modalidade inferior à escrita, mas uma forma legítima de uso da língua. Marcuschi (2001, p. 17) destaca que “oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias”. Desse modo, compreender a oralidade no ensino de Língua Portuguesa exige reconhecer que falar, escutar, argumentar, narrar, expor e dialogar são ações linguísticas fundamentais para a formação do estudante. A fala e a escrita, portanto, não devem ser compreendidas como modalidades opostas, mas como práticas linguísticas que se articulam e se complementam em diferentes situações comunicativas.

Nesse contexto, este trabalho busca investigar a importância da oralidade no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, analisando como o professor pode valorizar e inserir atividades orais em sala de aula, sobretudo no Ensino Fundamental II, de modo a promover a competência comunicativa dos alunos. Dessa forma, compreende-se que a oralidade não deve ser entendida como prática espontânea e desarticulada, mas como dimensão constitutiva do ensino da língua, que precisa ser planejada, desenvolvida e avaliada no contexto escolar.

A Base Nacional Comum Curricular reforça essa perspectiva ao estabelecer a oralidade como um dos eixos das práticas de linguagem no ensino de Língua Portuguesa. Segundo o documento:

O Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas, peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos, dentre outras. (BRASIL, 2018, p. 78)

Essa orientação demonstra que a escola deve trabalhar não apenas a fala cotidiana, mas também situações formais de uso da linguagem oral, como seminários, debates, entrevistas, exposições e apresentações públicas. Além disso, evidencia que a oralidade precisa ser compreendida como prática ampla, presente em diferentes contextos sociais e escolares, exigindo planejamento pedagógico para que os

estudantes desenvolvam a escuta, a expressão, a argumentação e a adequação da fala às diversas situações comunicativas.

O ensino da oralidade também está diretamente relacionado à concepção de linguagem como interação. Para Bakhtin/Volochínov (2006), a linguagem se realiza nas relações sociais e todo enunciado é produzido em função de um interlocutor. Ao afirmar que “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (BAKHTIN e LISVOLOCHÍNOV, 2006, p. 117), os autores evidenciam o caráter dialógico da linguagem. Assim, a oralidade, no contexto escolar, deve ser compreendida como espaço de troca, escuta e construção coletiva de sentidos, e não apenas como exercício de exposição individual.

As práticas pedagógicas que incentivam debates, apresentações, contação de histórias, seminários, rodas de conversa e outras estratégias orais podem contribuir significativamente para a formação crítica, participativa e reflexiva dos estudantes. Ao oportunizar situações reais de interação, a escola favorece o desenvolvimento da escuta atenta, da argumentação e da capacidade de expressão dos alunos diante de diferentes contextos comunicativos. Nessa direção, Dolz e Schneuwly, 2004 defendem que os gêneros orais e escritos devem ser ensinados de forma sistemática, por meio de propostas pedagógicas organizadas. Para os autores, “é através dos gêneros que as práticas de linguagem materializam-se nas atividades dos aprendizes” (DOLZ; SCHNEUWLY,) 2004, p. 74. Portanto, trabalhar oralidade implica planejar situações de ensino que envolvam gêneros orais diversos, considerando seus objetivos, interlocutores, estrutura e condições de produção.

Dessa forma, a oralidade deve ser tratada como objeto de ensino, e não apenas como recurso auxiliar para outras atividades. Quando o professor propõe um debate, por exemplo, é necessário orientar os alunos sobre tomada de turno, escuta do posicionamento do colega, construção de argumentos, uso de exemplos e respeito às regras da interação. Do mesmo modo, em apresentações orais e seminários, é importante trabalhar aspectos como organização das ideias, clareza na exposição, adequação da linguagem, postura diante do público e uso de recursos de apoio.

2.1 Revisão de Literatura Sobre Oralidade

A Língua Portuguesa, em sua essência, manifesta-se de forma multifacetada, englobando não apenas a escrita, mas também, e de maneira fundamental, a oralidade. Contudo, observa-se que, em muitos contextos educacionais, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa, o desenvolvimento das competências orais dos estudantes tem recebido uma atenção desproporcionalmente menor em comparação com as habilidades de leitura e escrita. Essa ênfase nas competências escritas, embora relevante, pode levar a um desequilíbrio pedagógico, negligenciando o potencial transformador da oralidade no processo de aprendizagem da língua. Essa problemática é discutida por Marcuschi, 2001, ao defender que a escrita não pode ser tomada como parâmetro absoluto de organização da língua. Para o autor, tanto a fala quanto a escrita possuem regras próprias de funcionamento e precisam ser analisadas de acordo com seus contextos de uso.

Antunes, 2003 também contribui para essa reflexão ao afirmar que o ensino de Língua Portuguesa precisa ultrapassar práticas centradas apenas na gramática normativa e na correção formal. A autora destaca que a linguagem deve ser trabalhada como atividade de interação social, na qual os sujeitos produzem sentidos e atuam sobre o mundo. Nesse sentido, o ensino da oralidade permite ampliar as possibilidades de participação dos estudantes, favorecendo práticas comunicativas mais significativas, contextualizadas e próximas das demandas reais da vida social.

A oralidade, entendida como a produção e a compreensão da linguagem falada, não se limita à mera comunicação básica. Ela é um instrumento poderoso para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento do raciocínio lógico, para a organização do pensamento e para o aprimoramento da capacidade argumentativa e expressiva dos alunos. Ao participar ativamente de debates, apresentações, rodas de conversa e outras atividades que promovam a expressão oral, os estudantes não apenas consolidam aprendizagens linguísticas, mas também desenvolvem habilidades socioemocionais cruciais, como a autoconfiança, a escuta ativa e o respeito às diferentes perspectivas. Para Dolz e Schneuwly, 2004, o ensino dos gêneros orais precisa ocorrer por meio de situações didáticas que permitam ao aluno observar, compreender, produzir e avaliar diferentes formas de linguagem. Isso significa que a oralidade não deve aparecer apenas em momentos improvisados, mas como parte de

um processo de aprendizagem intencional, no qual o estudante compreende como organizar sua fala de acordo com o gênero, o público e a finalidade comunicativa.

A Base Nacional Comum Curricular, Brasil, 2018, também reforça essa concepção ao propor que os estudantes participem de práticas orais variadas, desenvolvendo capacidades de escuta, compreensão, planejamento e produção de textos orais. O documento aponta que o eixo da oralidade envolve “escuta, produção de textos orais e análise linguística/semiótica” BRASIL, 2018, p. 79. Assim, o ensino de Língua Portuguesa deve favorecer experiências que aproximem o estudante das práticas sociais de linguagem, permitindo que ele compreenda a função social da fala e da escuta em diferentes espaços.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão que norteará esta pesquisa: de que maneira a valorização e a integração de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento da oralidade no ensino regular de Língua Portuguesa podem impactar positivamente a aprendizagem, o desempenho acadêmico e o desenvolvimento integral dos estudantes do Ensino Fundamental II?

Essa indagação busca investigar as lacunas existentes na abordagem da oralidade no currículo de Língua Portuguesa e explorar estratégias eficazes para reverter essa tendência, compreendendo como um foco renovado na dimensão oral pode não apenas enriquecer o ensino da disciplina, mas também preparar os alunos de forma mais completa para os desafios da comunicação em diferentes esferas da vida social. Ao considerar o Ensino Fundamental II, essa discussão torna-se ainda mais relevante, pois os estudantes passam a vivenciar situações comunicativas mais complexas, que exigem maior capacidade de argumentação, defesa de pontos de vista, escuta crítica e adequação linguística. Nesse período, o trabalho com gêneros como debate regrado, seminário, entrevista, exposição oral, relato de experiência e roda de conversa pode contribuir para o desenvolvimento de competências linguísticas, sociais e cidadãs.

Além disso, a valorização da oralidade no ambiente escolar contribui para o reconhecimento da diversidade linguística presente na sociedade, permitindo que os estudantes compreendam a língua como prática social viva, heterogênea e situada

historicamente. Nessa perspectiva, o trabalho com a oralidade ultrapassa a ideia de “falar corretamente” e passa a envolver o uso adequado da linguagem em diferentes contextos, interlocutores e finalidades. Essa compreensão está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, ao destacar a necessidade de considerar as variedades linguísticas e combater práticas de preconceito linguístico no ensino de Língua Portuguesa:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado.
BRASIL, 2018, p. 81.

A oralidade, portanto, não deve ser compreendida como oposição à escrita, mas como dimensão articulada às demais práticas de linguagem. Em atividades de retextualização, por exemplo, o aluno pode transformar uma entrevista oral em texto escrito, organizar por escrito os argumentos de um debate ou preparar um roteiro para uma apresentação. Marcuschi, 2001, destaca a importância dessas atividades ao mostrar que a passagem da fala para a escrita envolve operações linguísticas, discursivas e cognitivas complexas. Dessa maneira, trabalhar a oralidade também contribui para o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois possibilita ao estudante refletir sobre os modos de organização da linguagem em diferentes modalidades.

Diante dessas contribuições teóricas, compreende-se que a oralidade precisa ocupar lugar de maior destaque nas aulas de Língua Portuguesa. Seu ensino favorece a participação ativa dos estudantes, o desenvolvimento da escuta, o respeito às diferenças, a construção de argumentos e a ampliação da competência comunicativa. Assim, ao valorizar práticas orais planejadas e significativas, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de interagir criticamente em diferentes situações sociais, compreendendo a língua como instrumento de participação, expressão e cidadania.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, voltada à análise de referenciais teóricos sobre a oralidade no ensino de Língua Portuguesa. Trata-se de uma pesquisa teórico-reflexiva, uma vez que não envolve pesquisa de campo, observação de aulas ou coleta direta de dados com professores e estudantes, mas se desenvolve a partir da leitura, interpretação e discussão de autores e documentos oficiais que tratam da temática investigada.

Essa escolha metodológica justifica-se pelo fato de que a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais a partir de seus significados, contextos e interpretações, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre o lugar da oralidade nas práticas escolares. Nesse sentido, a abordagem bibliográfica contribui para reunir e analisar produções teóricas que discutem a oralidade, os gêneros orais, as práticas sociais de linguagem e o ensino de Língua Portuguesa.

Para a construção do estudo, foram consultados autores que discutem a importância das práticas orais no processo de ensino e aprendizagem, bem como documentos orientadores da educação brasileira, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, quando pertinente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A análise desses materiais permite compreender de que maneira a oralidade vem sendo concebida no campo educacional e quais contribuições teóricas e pedagógicas podem subsidiar o trabalho docente nas aulas de Língua Portuguesa.

Desse modo, o estudo não tem como objetivo descrever uma realidade escolar específica, mas refletir, com base na literatura da área, sobre a importância da oralidade para a formação comunicativa, crítica e social dos estudantes. A discussão proposta parte, portanto, de fundamentos teóricos e documentais, buscando aproximar as contribuições dos autores estudados das possibilidades de planejamento pedagógico para o trabalho com a oralidade no contexto escolar.

A análise das informações levantadas foi realizada de forma interpretativa, relacionando teoria, documentos oficiais e reflexões pedagógicas presentes na

literatura, com o objetivo de evidenciar a relevância da oralidade na formação comunicativa dos alunos e sua contribuição para o desenvolvimento de competências linguísticas, sociais e críticas. Desse modo, a metodologia adotada busca oferecer suporte à compreensão da oralidade como dimensão essencial do ensino de Língua Portuguesa, reforçando a necessidade de sua valorização no ambiente escolar.

3.1 Abordagem da Pesquisa

Este trabalho desenvolve-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico-reflexivo, centrada na discussão acerca da oralidade no ensino de Língua Portuguesa, à luz de documentos curriculares e de autores da área de linguagem e práticas de letramento. A opção pelo percurso bibliográfico justifica-se pela necessidade de problematizar pressupostos históricos de marginalização da fala em detrimento da escrita, bem como de analisar como as atuais orientações curriculares brasileiras, especialmente a Base Nacional Comum Curricular, Brasil, 2018, reconfiguram a valorização da oralidade como prática social de linguagem. Desse modo, a pesquisa não se propõe a realizar levantamento empírico em uma escola específica, nem a observar diretamente práticas docentes em sala de aula, mas a construir uma reflexão fundamentada em estudos teóricos e documentos oficiais que abordam o ensino da oralidade.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada a este estudo porque permite interpretar o fenômeno investigado a partir de seus sentidos educacionais, sociais e linguísticos. Assim, mais do que quantificar dados ou medir resultados, busca-se compreender como a oralidade tem sido discutida no campo do ensino de Língua Portuguesa e de que forma os referenciais teóricos podem contribuir para sua valorização no contexto escolar. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica possibilita reunir, comparar e interpretar diferentes contribuições acadêmicas sobre o tema, favorecendo uma análise crítica da relação entre oralidade, escrita, gêneros discursivos e práticas sociais de linguagem.

Adota-se, como referencial teórico, a perspectiva de que oralidade e escrita articulam-se em um contínuo, conforme destacam Kleiman (2008) e Marcuschi, 2001, que discutem a importância das práticas orais como substrato para o desenvolvimento

de competências linguísticas mais amplas, incluindo a escrita. Nessa perspectiva, a pesquisa busca problematizar se e como as orientações da BNCC, Brasil, 2018 têm sido incorporadas em práticas pedagógicas de ensino de Língua Portuguesa, considerando ainda propostas de trabalho com gêneros orais e escritos, como a de Dolz e Schneuwly, 2004, que enfatizam a necessidade de ensino sistemático e contextualizado desses gêneros na escola.

Além disso, o estudo considera que a oralidade precisa ser compreendida como dimensão constitutiva da linguagem e não apenas como recurso auxiliar das atividades escritas. Por isso, a investigação parte da análise de autores que discutem a língua em seus usos sociais, bem como de documentos curriculares que reconhecem a fala, a escuta, a argumentação e a interação oral como elementos fundamentais para a formação dos estudantes. Dessa forma, a abordagem adotada busca sustentar teoricamente a importância de práticas pedagógicas que contemplem a oralidade de modo planejado, significativo e articulado às demais práticas de linguagem.

3.1.1 Procedimentos Metodológicos

A metodologia adotada consiste em uma revisão e análise crítica de literatura especializada, articulada à interpretação de documentos oficiais, sobretudo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Brasil, 2018, que orienta o ensino de Língua Portuguesa no Brasil. A partir de uma leitura sistemática desse documento, selecionaram-se os eixos e as habilidades que abordam explicitamente a oralidade, tais como a utilização de diferentes gêneros orais, a organização de turnos de fala e a adequação às situações de interação, para confrontá-los com as reflexões teóricas de autores como Dolz e Schneuwly 2004, Marcuschi, 2001 e Kleiman, 2008.

O procedimento metodológico, portanto, foi organizado em etapas. Primeiramente, realizou-se a seleção de materiais teóricos e documentais relacionados ao tema da oralidade, priorizando autores recorrentes nos estudos de linguagem, ensino de Língua Portuguesa, gêneros textuais/discursivos e letramento. Em seguida, procedeu-se à leitura e ao fichamento das principais ideias presentes nesses materiais, buscando identificar conceitos, aproximações e contribuições para a compreensão da oralidade como objeto de ensino. Posteriormente, as informações levantadas foram

organizadas em eixos de análise, tais como: oralidade e escrita; gêneros orais; práticas sociais de linguagem; documentos oficiais; e possibilidades pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa.

A análise dos textos teóricos foi conduzida mediante leitura interpretativa e categorização temática, buscando identificar convergências e tensões entre as propostas curriculares oficiais e as concepções de ensino de linguagem que enfatizam práticas sociais de escrita e letramento KLEIMAN, 2008 e o trabalho com gêneros orais na sala de aula Dolz; Schneuwly, 2004; Marcuschi, 2001. A partir dessas categorias, procedeu-se a uma análise reflexiva de práticas pedagógicas descritas em estudos da área, examinando se tais práticas efetivamente incorporam a oralidade como eixo central do ensino de Língua Portuguesa ou se ela permanece subordinada às atividades voltadas à escrita.

Cabe destacar que as práticas pedagógicas mencionadas ao longo do estudo não resultam de observação direta realizada pela pesquisadora, mas de discussões presentes na literatura consultada e nas orientações dos documentos oficiais analisados. Assim, quando o trabalho se refere a debates, seminários, rodas de conversa, entrevistas, apresentações orais e demais atividades, trata-se de possibilidades pedagógicas discutidas teoricamente, e não de dados coletados em campo. Essa delimitação é importante para manter a coerência metodológica da pesquisa, uma vez que o estudo se caracteriza como bibliográfico, documental e teórico-reflexivo.

Por fim, a interpretação dos materiais buscou relacionar os fundamentos teóricos à realidade do ensino de Língua Portuguesa, evidenciando a necessidade de ampliar o espaço da oralidade no planejamento pedagógico. Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados permitem compreender a oralidade como uma prática de linguagem que deve ser ensinada de forma sistemática, considerando os diferentes contextos de uso da língua e as demandas formativas dos estudantes.

3.2 Análise das Informações

A análise da literatura aponta que, embora a BNCC, Brasil, 2018 reserve espaço significativo para práticas de linguagem orais, muitas propostas pedagógicas ainda

tendem a privilegiar a dimensão escrita, reduzindo a fala a mero recurso de suporte ou avaliação. Dolz e Schneuwly, 2004 ressaltam que o trabalho explícito com gêneros orais exige planejamento sistemático por meio de sequências didáticas que considerem as situações reais de uso da língua, o que contrasta com práticas que tratam a oralidade como exercício pontual ou repetitivo, sem ênfase na análise das condições de produção e recepção dos textos falados.

Nesse sentido, a análise realizada neste estudo parte da compreensão de que a oralidade precisa ser considerada objeto de ensino, e não apenas uma habilidade desenvolvida de forma espontânea pelos estudantes. A partir dos referenciais teóricos consultados, observa-se que o trabalho com a fala e a escuta exige intencionalidade pedagógica, seleção de gêneros orais, definição de objetivos e mediação docente. Assim, debates, seminários, entrevistas, rodas de conversa e apresentações orais devem ser compreendidos como práticas de linguagem que demandam organização, planejamento e critérios de avaliação.

Kleiman, 2008 destaca que a oralidade não é oposição à escrita, mas parte integrante de um conjunto amplo de práticas sociais de linguagem, incluindo leitura, produção textual e discussões coletivas. Marcuschi, 2001, complementa essa visão ao enfatizar que atividades de retextualização, nas quais se articulam fala e escrita, permitem aprofundar a compreensão dos textos pelos alunos. A partir dessas concepções, a análise das informações teóricas e documentais revela que práticas pedagógicas mais eficazes são aquelas que articulam oralidade, escrita e contextos sociais, promovendo espaços de debate, argumentação e retextualização, conforme sugerem Marcuschi, 2001 e Dolz e Schneuwly, 2004.

A análise também evidencia que a valorização da oralidade contribui para ampliar a participação dos estudantes nas aulas de Língua Portuguesa, uma vez que favorece a expressão de ideias, a construção de argumentos, a escuta do outro e o respeito às diferentes formas de manifestação linguística. Desse modo, o ensino da oralidade não se limita ao desenvolvimento da fala em situações escolares, mas se relaciona à formação de sujeitos capazes de participar de práticas sociais diversas,

adequando sua linguagem aos interlocutores, aos objetivos comunicativos e aos contextos de uso.

Outro aspecto observado na literatura é que a oralidade pode contribuir para o desenvolvimento da escrita, especialmente quando trabalhada de forma articulada às demais práticas de linguagem. Atividades como planejamento oral de textos, exposição de ideias antes da produção escrita, debates sobre temas em estudo e retextualização de entrevistas ou relatos possibilitam que o aluno compreenda as relações entre fala e escrita, percebendo diferenças, aproximações e modos de organização de cada modalidade. Dessa forma, a oralidade deixa de ser vista como uma prática secundária e passa a integrar o processo mais amplo de formação linguística.

Assim, a discussão teórica indica que o desafio não reside apenas na inclusão de atividades orais no currículo, mas na reconfiguração da própria cultura de ensino de Língua Portuguesa, de modo a reconhecer a fala como eixo fundamental de formação linguística e cidadã. Com base nos autores e documentos analisados, compreende-se que a escola precisa promover situações sistemáticas de uso da oralidade, possibilitando aos estudantes o desenvolvimento da escuta ativa, da argumentação, da clareza na exposição e da participação crítica em diferentes práticas sociais. Portanto, a análise das informações confirma a necessidade de fortalecer o lugar da oralidade no ensino de Língua Portuguesa, considerando-a uma dimensão indispensável para a formação integral dos estudantes.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da revisão bibliográfica realizada, a oralidade constitui uma das práticas de linguagem essenciais para o desenvolvimento comunicativo dos estudantes, sendo reconhecida pelos documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como componente fundamental do ensino de Língua Portuguesa. Segundo Marcuschi, 2001, a oralidade engloba múltiplas formas de interação verbal, que vão desde conversas espontâneas até exposições formais, debates e apresentações. Assim, trabalhar a oralidade não significa apenas “falar bem”, mas compreender a linguagem como prática social, dinâmica, situada e carregada de intenções comunicativas. Nesse sentido, a análise teórica permite compreender que a oralidade

precisa ser tratada como objeto de ensino, pois envolve não apenas a capacidade de se expressar oralmente, mas também de escutar, organizar ideias, adequar a linguagem aos interlocutores e participar de diferentes situações comunicativas.

A discussão teórica permite compreender que, historicamente, o ensino de Língua Portuguesa concentrou-se prioritariamente na leitura e na escrita, relegando a oralidade a um espaço secundário. O uso da linguagem é dialógico, isto é, acontece em interação com o outro, o que reforça a necessidade de incluir práticas orais sistematizadas no cotidiano escolar. A análise dos referenciais teóricos e dos documentos normativos evidencia que essa secundarização da oralidade compromete uma formação linguística mais ampla, uma vez que limita as experiências de interação, argumentação e escuta no ambiente educacional. Desse modo, percebe-se que a valorização da oralidade não implica diminuir a importância da leitura e da escrita, mas reconhecer que essas práticas se articulam no processo de formação linguística dos estudantes.

A BNCC (2018) enfatiza que as práticas orais — como debates, seminários, entrevistas, contação de histórias e apresentações — possibilitam ao estudante desenvolver autonomia, capacidade argumentativa, pensamento crítico e habilidades socioemocionais, como empatia e colaboração. Além disso, a oralidade favorece o desenvolvimento da escuta ativa, entendida por Dolz e Schneuwly (2004) como a capacidade de compreender, interpretar e responder adequadamente às diferentes situações de comunicação. Nesse sentido, as reflexões construídas a partir da revisão bibliográfica apontam que a valorização da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa amplia as possibilidades de participação dos estudantes e fortalece o uso significativo da linguagem em contextos diversos.

Outro aspecto relevante apontado pelos estudos consultados é a relação entre oralidade e letramento. Para Kleiman (2008), práticas de oralidade apoiam a construção da competência comunicativa e ampliam o repertório linguístico dos alunos, preparando-os para transitar entre diferentes gêneros discursivos. Assim, aulas que valorizam a oralidade permitem ao estudante perceber que a linguagem varia conforme o contexto, o interlocutor e a intenção comunicativa, aproximando-o do funcionamento

real da língua na sociedade. A partir dessa compreensão, observa-se que a oralidade deve ser trabalhada de forma articulada com a leitura e a escrita, e não como um conteúdo isolado ou de menor relevância.

Nessa perspectiva, atividades que relacionam fala e escrita, como a preparação de roteiros para apresentações, a organização de argumentos antes de um debate, a socialização oral de leituras e a retextualização de entrevistas ou relatos, contribuem para que os estudantes compreendam diferentes modos de funcionamento da linguagem. Dessa forma, a oralidade deixa de ser vista apenas como momento de participação espontânea e passa a integrar o planejamento pedagógico como prática estruturada de aprendizagem.

No ambiente escolar, trabalhar a oralidade contribui também para a formação crítica dos estudantes, estimulando a argumentação, o posicionamento e a participação em situações deliberativas. A análise dos referenciais teóricos evidencia, conforme defendem Dolz e Schneuwly (2004), que as sequências didáticas para gêneros orais possibilitam um aprendizado sistemático, no qual o aluno é preparado, passo a passo, para compreender e produzir oralmente diferentes gêneros. A partir da revisão bibliográfica realizada, tal perspectiva reforça a necessidade de um planejamento pedagógico intencional, em que as práticas orais sejam inseridas de modo contínuo e significativo no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, o professor assume papel fundamental como mediador das práticas orais, pois cabe a ele criar situações de uso real da linguagem, orientar os estudantes quanto à organização da fala, estimular a escuta respeitosa e propor critérios para avaliação das produções orais. Assim, o trabalho com oralidade exige intencionalidade didática, uma vez que os alunos precisam compreender que diferentes situações comunicativas demandam diferentes formas de planejamento, postura, linguagem e interação.

Por fim, a oralidade assume papel central para a inclusão e a equidade. Em muitas realidades brasileiras, a escola é o principal espaço que oferece oportunidades de ampliação do repertório linguístico. Assim, promover práticas orais diversas colabora para superar desigualdades e fortalecer a autoestima e a expressão individual

dos estudantes. Esse aspecto mostra que o trabalho com a oralidade ultrapassa a dimensão estritamente linguística, alcançando também a formação social, cultural e cidadã do aluno. Ao reconhecer as diferentes formas de falar presentes na sala de aula, a escola contribui para combater preconceitos linguísticos e para valorizar as experiências dos estudantes, sem deixar de ampliar seu acesso a usos mais formais e públicos da língua.

Com base nos documentos e autores analisados, a literatura acadêmica e os documentos normativos apontam que a oralidade não deve ocupar lugar secundário nas aulas de Língua Portuguesa, mas ser trabalhada como prática de linguagem estruturada, capaz de formar sujeitos críticos, autônomos e capazes de participar ativamente de diversas situações comunicativas na escola e na sociedade. Com base nas reflexões apresentadas, compreende-se que a oralidade precisa ser reconhecida como eixo fundamental do ensino de Língua Portuguesa, exigindo do professor planejamento, mediação e proposição de atividades que promovam a participação efetiva dos estudantes.

Portanto, a análise realizada confirma que a oralidade, quando compreendida como prática social de linguagem, contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa, da criticidade, da escuta e da participação cidadã. Assim, os resultados teóricos deste estudo indicam que sua valorização no ensino de Língua Portuguesa pode favorecer uma formação mais ampla, democrática e significativa, na qual os estudantes sejam preparados para interagir em diferentes contextos sociais, escolares e culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a importância da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa, destacando sua contribuição para o desenvolvimento da comunicação, da participação e da formação crítica dos estudantes. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a oralidade ocupa um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois está presente nas interações diárias e nas diferentes situações de uso da linguagem. Por meio da revisão bibliográfica realizada, compreendeu-se que a oralidade não deve ser vista apenas como uma habilidade

espontânea, mas como uma prática social de linguagem que precisa ser planejada, ensinada e valorizada no contexto escolar.

A partir dos estudos realizados, compreendeu-se que, embora a oralidade seja reconhecida como parte importante do ensino de Língua Portuguesa, ela ainda nem sempre recebe a atenção necessária no contexto escolar. Muitas vezes, a leitura e a escrita acabam sendo mais valorizadas, enquanto as práticas orais ficam em segundo plano. No entanto, falar, escutar, argumentar e saber se posicionar também são habilidades essenciais para a formação dos alunos. Nesse sentido, os autores e documentos analisados ao longo do trabalho, especialmente a BNCC, Marcuschi, Kleiman, Dolz e Schneuwly, contribuem para reforçar a ideia de que a oralidade deve ser compreendida como eixo integrante das práticas de linguagem, articulada à leitura, à escrita e à análise linguística.

Nesse sentido, o trabalho com a oralidade em sala de aula mostra-se importante não apenas para o desenvolvimento da competência linguística, mas também para fortalecer a autonomia, a confiança, a capacidade de escuta e a participação dos estudantes em diferentes situações sociais. Quando o professor propõe atividades como debates, apresentações, rodas de conversa e outras práticas orais, contribui para que os alunos se expressem com mais segurança e desenvolvam uma relação mais significativa com a linguagem. Além disso, essas práticas favorecem a construção da argumentação, o respeito às diferentes opiniões, a ampliação do repertório linguístico e a adequação da fala aos diferentes contextos comunicativos.

A pesquisa também evidenciou que a valorização da oralidade contribui para uma formação mais democrática e inclusiva, pois permite reconhecer as diferentes formas de falar dos estudantes e, ao mesmo tempo, ampliar suas possibilidades de participação em situações formais e públicas de comunicação. Desse modo, o ensino da oralidade não deve estar associado apenas à correção da fala, mas à compreensão dos usos sociais da língua, considerando os interlocutores, as finalidades comunicativas e os contextos de interação.

Além disso, os objetivos específicos propostos foram contemplados ao longo da pesquisa, uma vez que o estudo permitiu compreender como a oralidade aparece nos

documentos orientadores da educação, especialmente na BNCC, bem como refletir sobre práticas pedagógicas que podem favorecer seu desenvolvimento nas aulas de Língua Portuguesa. Também foi possível reconhecer que um dos principais desafios docentes está na superação de práticas em que a oralidade aparece apenas de forma pontual ou secundária, sendo necessário planejá-la como objeto de ensino. Desse modo, atividades como debates, seminários, rodas de conversa, entrevistas, apresentações orais e propostas de retextualização configuram-se como possibilidades para ampliar a participação dos estudantes e fortalecer sua formação comunicativa, crítica e cidadã.

Assim, conclui-se que a oralidade deve ser valorizada como parte essencial do ensino de Língua Portuguesa, sendo trabalhada de forma planejada e integrada às demais práticas de linguagem. Espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar a reflexão sobre o tema e incentivar práticas pedagógicas que reconheçam a oralidade como elemento importante na formação integral do estudante. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica e teórico-reflexiva, não se pretende esgotar a discussão, mas apontar caminhos para que a oralidade ocupe maior espaço no planejamento das aulas de Língua Portuguesa. Como possibilidade para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas de campo que investiguem como professores e estudantes vivenciam, na prática, o ensino dos gêneros orais e das atividades de fala e escuta no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 12 mar. 2026.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola.**

Campinas: Mercado de Letras, 2004. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/693389741/DOLZ-Joaquim-SCHNEUWLY-Bernard-Generos-orais-e-escritos-na-escola>. Acesso em: 12 mar. 2026.

KLEIMAN, Angela. **Letramento e práticas sociais da escrita.** São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em:

<https://scholar.google.com/citations?user=TioculcAAAAJ>HYPERLINK

"<https://scholar.google.com/citations?user=TioculcAAAAJ&hl=pt-BR>" HYPERLINK

"<https://scholar.google.com/citations?user=TioculcAAAAJ>HYPERLINK

"<https://scholar.google.com/citations?user=TioculcAAAAJ&hl=pt-BR>"&HYPERLINK

"<https://scholar.google.com/citations?user=TioculcAAAAJ&hl=pt-BR>"hl=pt-BR"Acesso em: 24 mar. 2026.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.**

São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/289937981_MARCUSCHI_Luiz_Antonio_2001_Da_fala_para_a_escrita_atividades_de_retextualizacao_2_ed_Sao_Paulo_Cortez_133p. Acesso em: 20 abr. 2026.